



**Câmara dos Deputados**

**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PLP NÚMERO: 220 ANO:2016**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☒ SIM → ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
→ ☒ Diminuição de receita - ☒ União ☐ estados ☐ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?  
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?  
☒ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

- ☐ SIM (Emenda nº \_\_\_\_\_) ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

- ☐ SIM ☒ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:**

**4. Outras observações:**

O projeto de lei complementar em exame tem por principal objetivo a proteção, por meio do instituto do patrimônio de afetação, dos direitos dos clientes credores de seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização, nos casos de liquidação extrajudicial ou decretação de falência das entidades em referência.

De acordo com a justificativa do projeto, isso é necessário porque, decretada a liquidação extrajudicial, os clientes credores passam a ter apenas “privilegio especial” sobre os

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



## **Câmara dos Deputados**

### **Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

ativos da massa liquidanda.

Do ponto de vista do exame de adequação, cumpre observar se a instituição do patrimônio de afetação tem o condão de alterar a ordem de classificação dos créditos, conforme estabelecido na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências), *in verbis*:

*“Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:*

*I – os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;*

*II - créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;*

*III – créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;*

*IV – créditos com privilégio especial”*

O art. 86 da mesma Lei de Falências dispõe que os segurados e beneficiários que sejam credores por indenização ajustada ou por ajustar têm privilégio especial sobre reservas técnicas, fundos especiais ou provisões garantidoras das operações de seguro, de resseguro e de retrocessão.

Verifica-se, portanto que, pela legislação atual, na hipótese de falência, os créditos tributários têm precedência sobre os créditos com privilégio especial, dentre os quais estão enquadrados segurados e beneficiários que sejam credores por indenização ajustada ou por ajustar.

O art. 11 do PLP revoga o art. 86 do Decreto-Lei nº 73, de 1966. Por seu turno, o art. 4º do mencionado projeto estabelece que:

*“Art. 4º Relativamente ao patrimônio de afetação, terão preferência:*

*I - nas operações envolvendo planos de seguro: os assistidos, os beneficiários e os segurados credores do capital segurado ou da indenização, ajustados ou por ajustar, sobre os demais segurados; e*

*II - nas operações de previdência complementar aberta: os assistidos, os beneficiários e os participantes já elegíveis ao benefício, sobre os demais participantes.”*

Depreende-se dos dispositivos antes mencionados que a instituição de patrimônio de afetação para seguradoras, entidades de previdência complementar e sociedades de capitalização estabelece privilégio para os credores clientes, em detrimento de credores tributários, dentre os quais destaca-se a União. Tal alteração na ordem de preferência pode ser interpretada como concessão de benefício de natureza tributária.

As normas de que embasam o exame de adequação disciplinam que, nos casos em que haverá redução de receita, a proposta deverá estar instruída com a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro e com as correspondentes compensações. Constata-se, porém, que essas exigências não estão cumpridas no PLP 220/2016, colocando-o em conflito com o que dispõe o ADCT (art. 113), a LRF, a LDO 2017 e a Súmula nº 1/08-CFT.

**Brasília, 22 de maio de 2017.**

**Wellington Pinheiro de Araujo**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**